

Condições de acesso ao mercado de trabalho formal

Uma análise dos beneficiários de 2005 do PBF

Estudo a partir da Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família e Relação Anual de Informações Sociais

Junho de 2023

Paulo Tafner, Sergio Guimarães Ferreira e Giovanna Ribeiro (Imds), Samuel Franco e Eloah Fassarella (Oppen Social) e Valdemar Neto (FGV EPGE)

01 Introdução

02 Caracterização da população estudada

03 Acesso ao mercado de trabalho formal (RAIS)

04 Condições de acesso ao mercado de trabalho formal

Apêndice

1. Introdução

Apresentação das questões de interesse e plano de estudos



Objetivos

- 1) Avaliar o acesso ao mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019, a partir da RAIS, de crianças pobres em 2005: beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005.
- 2) Comparar as condições do emprego do grupo de crianças pobres (beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005) com um grupo de crianças não pobres na mesma faixa etária: não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 com a mesma faixa etária.

Fonte de dados

- Ministério da Cidadania, Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família ([Folha PBF](#))
- Ministério do Trabalho e Previdência, Relação Anual de Informações Sociais ([RAIS](#))

Dinâmica de pobreza e mobilidade social ao longo do ciclo de vida

Com o objetivo de estudar a **dinâmica da pobreza e mobilidade social no Brasil**, principalmente ao longo do ciclo de vida do indivíduo, o Imds propõe uma agenda de estudos a partir do uso de dados de painel longitudinal. Para isso, são utilizadas como representação de **crianças pobres**, com o objetivo de acompanhá-las ao longo do ciclo de vida, aquelas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em 2005, tendo em vista que este era o principal programa para erradicação da pobreza no Brasil na época.

O primeiro passo consistiu na investigação das taxas de saída e permanência dos beneficiários na Folha do PBF de 2005, 14 anos depois, do CadÚnico de 2019. Os resultados podem ser encontrados no site do Imds: seção Indicadores > [Bolsa Família](#). Uma análise sobre o mesmo universo trazido nesta apresentação – **beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005** – pode ser encontrada na seção Publicações > Apresentações > [Saída e permanência no CadÚnico: uma análise dos beneficiários de 2005 do PBF](#).

O segundo passo relaciona o universo de interesse, identificado na Folha do PBF de 2005, e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre 2015 e 2019. Anteriormente, três publicações foram realizadas visando abordar a probabilidade de acesso ao mercado de trabalho formal por parte dos beneficiários do PBF em 2005:

1. [Acesso ao mercado de trabalho formal](#)
2. [Acesso ao mercado de trabalho formal e Território](#)
3. [Saída do CadÚnico e acesso ao mercado de trabalho formal](#) – Uma análise sobre o universo de beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005.

Identificados aqueles que acessaram o emprego formal captado pela RAIS, a presente apresentação visa analisar as condições do emprego desse universo e comparar seu acesso ao daqueles com a mesma faixa etária que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 (pessoas que não eram identificadas como pobres em 2005 e não fizeram parte do PBF até 2019).

Situação inicial (Folha PBF: 2005)

Situação final (RAIS: 2015 a 2019)

Crianças de 7 a 16 anos em 2005 que eram beneficiárias dependentes do PBF em 2005



1ª fase dos estudos PBF/RAIS

Taxa de acesso ao mercado de trabalho formal

Probabilidade dos beneficiários dependentes do PBF de 7 a 16 anos em 2005 terem sido encontrados, entre 2015 e 2019, na RAIS.

Não encontrado na RAIS

Encontrado na RAIS em até 2 anos

Encontrado na RAIS durante 3 anos ou mais

2ª fase dos estudos PBF/RAIS

Condições de acesso ao mercado de trabalho formal

Condições de acesso ao mercado de trabalho formal daqueles que foram encontrados alguma vez na RAIS entre 2015 e 2019

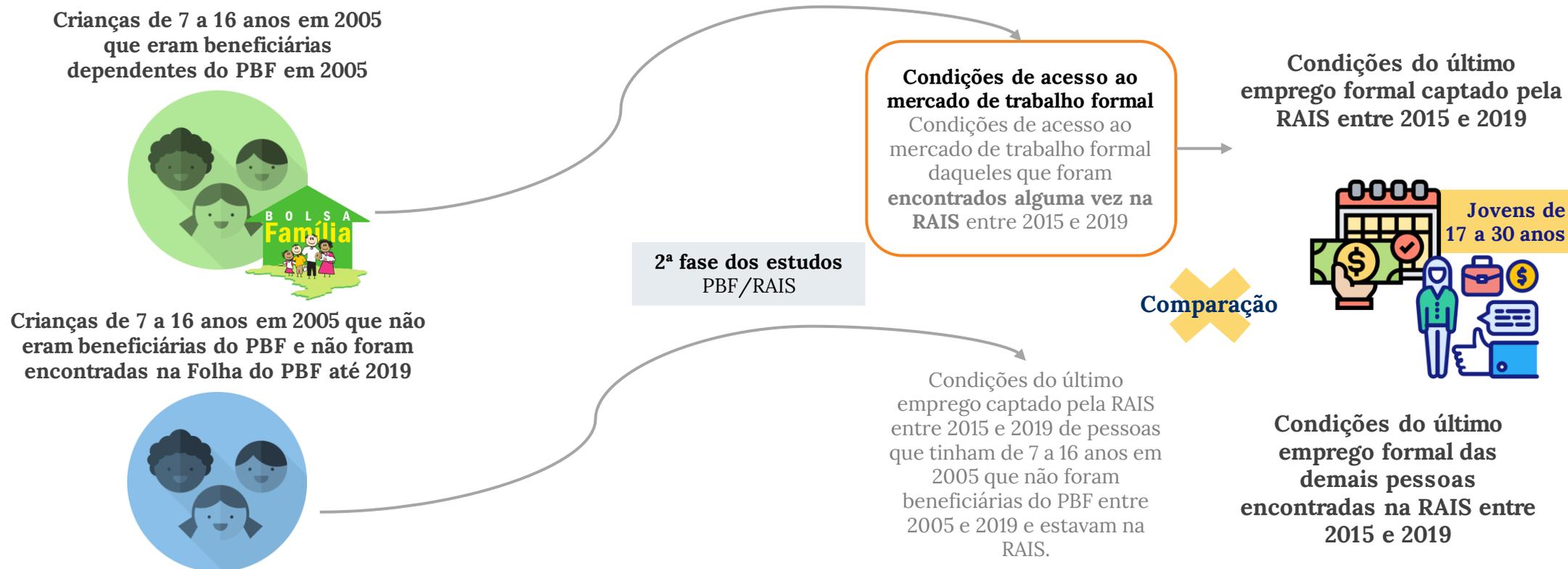
Condições do último emprego captado pela RAIS entre 2015 e 2019



2005 – 2006 – 2007 – 2008 – 2009 – 2010 – 2011 – 2012 – 2013 – 2014 – 2015 – 2016 – 2017 – 2018 – 2019

Situação inicial (Folha PBF: 2005)

Situação final (RAIS: 2015 a 2019)



2005 – 2006 – 2007 – 2008 – 2009 – 2010 – 2011 – 2012 – 2013 – 2014 – 2015 – 2016 – 2017 – 2018 – 2019

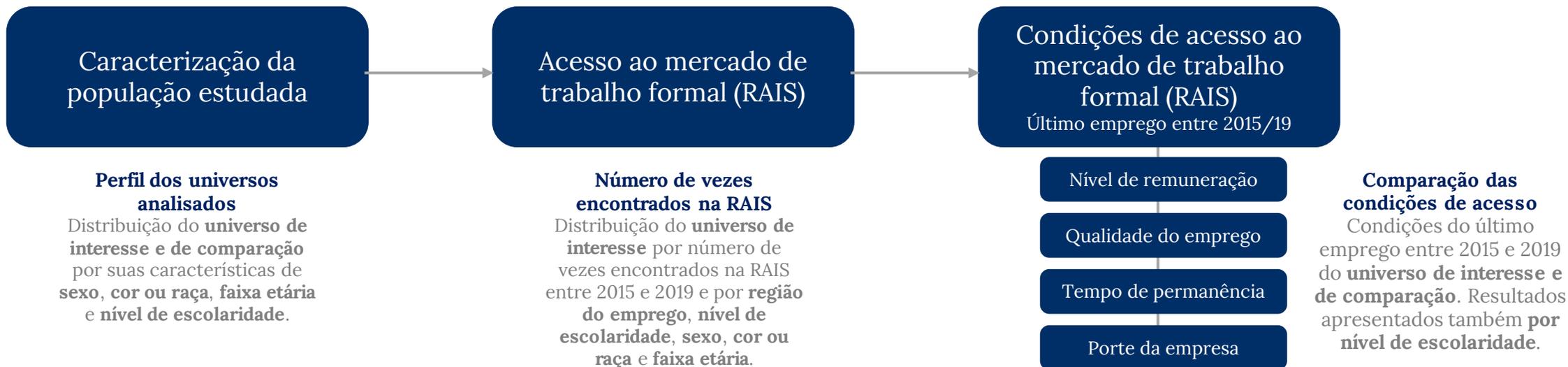
Condições de acesso ao mercado de trabalho formal

Segue esquema para os resultados deste estudo:

- **Universo de interesse:** [crianças pobres em 2005 - beneficiárias dependentes do PBF em 2005 de 7 a 16 anos](#) encontradas na RAIS entre 2015 e 2019:
 - Distribuição da população que acessou o mercado de trabalho formal (RAIS) segundo o número de acessos: 1 a 5 anos. Não foi considerado o acesso quando o salário do emprego fosse zero.
- **Universo de comparação:** [crianças não pobres em 2005 - não beneficiárias do PBF entre 2005 e 2019](#) encontrados na RAIS entre 2015 e 2019 com a mesma faixa etária do universo de interesse;
- **Território:** região do emprego e UF do emprego;
- **Filtros:** faixa etária ajustada para a que estavam em 2005 ([metodologia](#)), nível de escolaridade, sexo e cor ou raça, conforme declarados na RAIS, e ano do último emprego entre 2015 e 2019 (último ano encontrados na RAIS);
- **Características do último emprego (para efeito de comparação, foi tomado o emprego no último ano encontrado na RAIS entre 2015 e 2019):**
 - Nível de remuneração;
 - Nível em faixas de salário mínimo;
 - Nível em faixas de linha de pobreza: [metodologia](#);
 - Posição nos quintos da distribuição dos salários formais (RAIS).
 - Qualidade da ocupação: [metodologia](#);
 - Tempo de emprego;
 - Porte da empresa: [metodologia](#).

Resultados apresentados

Os resultados aqui apresentados partem da verificação da RAIS ano a ano, entre 2015 e 2019, visando identificar quantas vezes aquelas **crianças pobres em 2005**, encontradas na Folha de Pagamentos do PBF, conseguiram **acessar o mercado de trabalho formal** captado pela RAIS – potencial mobilidade ao longo do ciclo de vida do indivíduo. Além disso, objetiva analisar as **condições de acesso** e como elas se aproximam ou diferenciam de crianças da mesma faixa etária que não eram pobres, ou seja, que não foram beneficiárias do PBF entre 2005 e 2019.



Resultados apresentados

- O **universo de interesse** analisado, **beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 encontrados na RAIS entre 2015 e 2019**, é composto por **5.195.203 pessoas** e o **universo de comparação, não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 encontrados na RAIS entre 2015 e 2019**, é composto por **13.174.588 pessoas**.
- Entre o universo de interesse observado na RAIS no período de 2015 a 2019, 32,2% foram encontrados durante os 5 anos verificados, ou seja, a maior quantidade de anos possível. ►
- Em relação as características de cor ou raça, as principais diferenças são entre brancos e pardos. Enquanto o universo de interesse tem 9 p.p. a menos de brancos do que o universo de comparação, possui 11 p.p. a mais de pardos. A distribuição dos universos analisados por sexo e faixa etária não apresenta diferenças a ressaltar. ►
- A **distribuição por nível de escolaridade** expõe que ambos os grupos se **concentram** no nível **médio completo**: 66,1% dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos e 65,3% dos não beneficiários tinham essa escolaridade. Porém, enquanto apenas **4,6% do universo de interesse possui superior completo ou mais, nível mais alto de escolaridade**, **16,5% do universo de comparação está nele**. Essa **deficiência no acúmulo de capital humano** de crianças pobres pode ser determinante para uma inserção menos favorável no mercado de trabalho. ►

Resultados apresentados

- Os beneficiários mais escolarizados foram encontrados por mais tempo na RAIS do que os menos escolarizados. Enquanto **28,5% com fundamental completo** foram encontrados durante todos os anos analisados, esse percentual foi de **41,5% entre aqueles com superior completo**. ▶
- Se olharmos apenas para indivíduos com **superior completo** e compararmos o **nível de remuneração** daqueles que foram beneficiários e dos que não foram, é notável que o **rendimento médio é menor para o universo de interesse**: 53,8% dos que foram beneficiários recebiam até 2 salários mínimos, enquanto esse percentual era de 33,6% para não beneficiários. Os percentuais que recebiam acima de 4 salários mínimos são de 12,2% e 29,1%, entre beneficiários e não beneficiários, respectivamente. ▶
- Ainda lançando o olhar sobre a **remuneração**, de maneira geral, **ambos os grupos se concentram nos três menores quintos de renda**. Entretanto, vale ressaltar que é possível observar uma **mobilidade intrageracional de 15% dos beneficiários** dependentes do PBF em 2005 **para os dois últimos quintos da distribuição dos salários da RAIS**, o que destaca a superação da condição de pobreza vivida por eles, tendo em vista que alcançaram as **categorias mais altas de rendimentos**. ▶
- Olhando apenas para aqueles com **superior completo**, se verifica que os rendimentos médios são maiores para os não beneficiários – lembrando que esse grupo é heterogêneo e pode conter pessoas com características similares às dos beneficiários. Ainda, vale ressaltar que, apesar do percentual no último quinto ser relevante para ambos os grupos, o universo de beneficiários (50.199 pessoas) é 16 vezes menor do que o de não beneficiários no último quinto (814.940 pessoas). ▶

Resultados apresentados

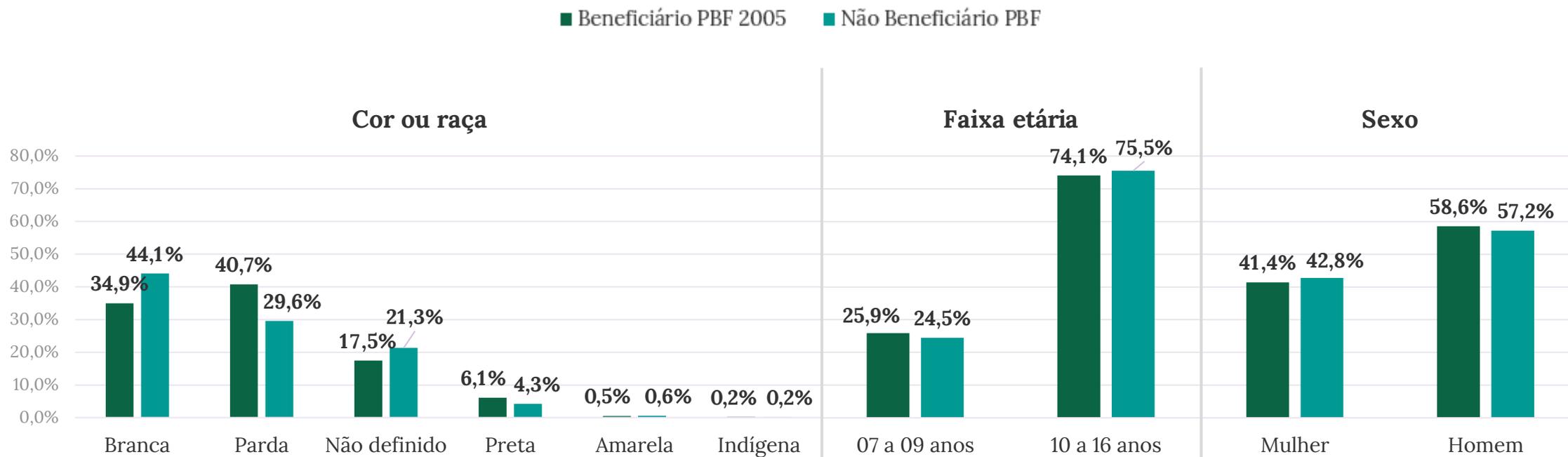
- Sobre a qualidade da ocupação, enquanto praticamente **50% dos beneficiários estão entre as 20% ocupações com menor qualidade, 32% dos não beneficiários estão nelas**. Se considerarmos as **20% ocupações com maior qualidade**, enquanto **2,2% dos beneficiários** estão nelas, esse percentual é de **9,4% entre os não beneficiários**. ►
- Ainda sobre a qualidade da ocupação, a elevação do nível de escolaridade desloca consideravelmente a distribuição de ambos os grupos para os melhores grupos. Enquanto entre aqueles com **fundamental completo, 93,5% dos beneficiários e 78,5% dos não beneficiários** estavam nas **50% ocupações de menor qualidade**, entre aqueles com **superior completo ou mais, 81,8% e 89,7%**, respectivamente, estavam entre as **50% ocupações de maior qualidade**. ►
- Por último, a maior escolarização desloca beneficiários e não beneficiários das microempresas, elevando, principalmente, a ocupação na administração pública. Diferenças relevantes ocorrem entre aqueles com **fundamental completo**, em que é possível verificar **maior atuação dos beneficiários (8,8%), em relação aos não beneficiários (4,7%), em atividades de Agropecuária**. Ainda, uma **menor atuação relativa em atividades da Administração Pública**: 3,2% dos beneficiários estão nessa atividade, enquanto dos não beneficiários são 15,8%. Com **superior completo**, a **maior concentração dos beneficiários está na Administração Pública (27,1%)** e a **maior concentração de não beneficiários está em empresas de grande porte (29,9%)**. ►



2. Caracterização da população estudada

Perfil dos dependentes do PBF de 7 a 16 anos em 2005 que acessaram a RAIS

Informações conforme declaradas na RAIS

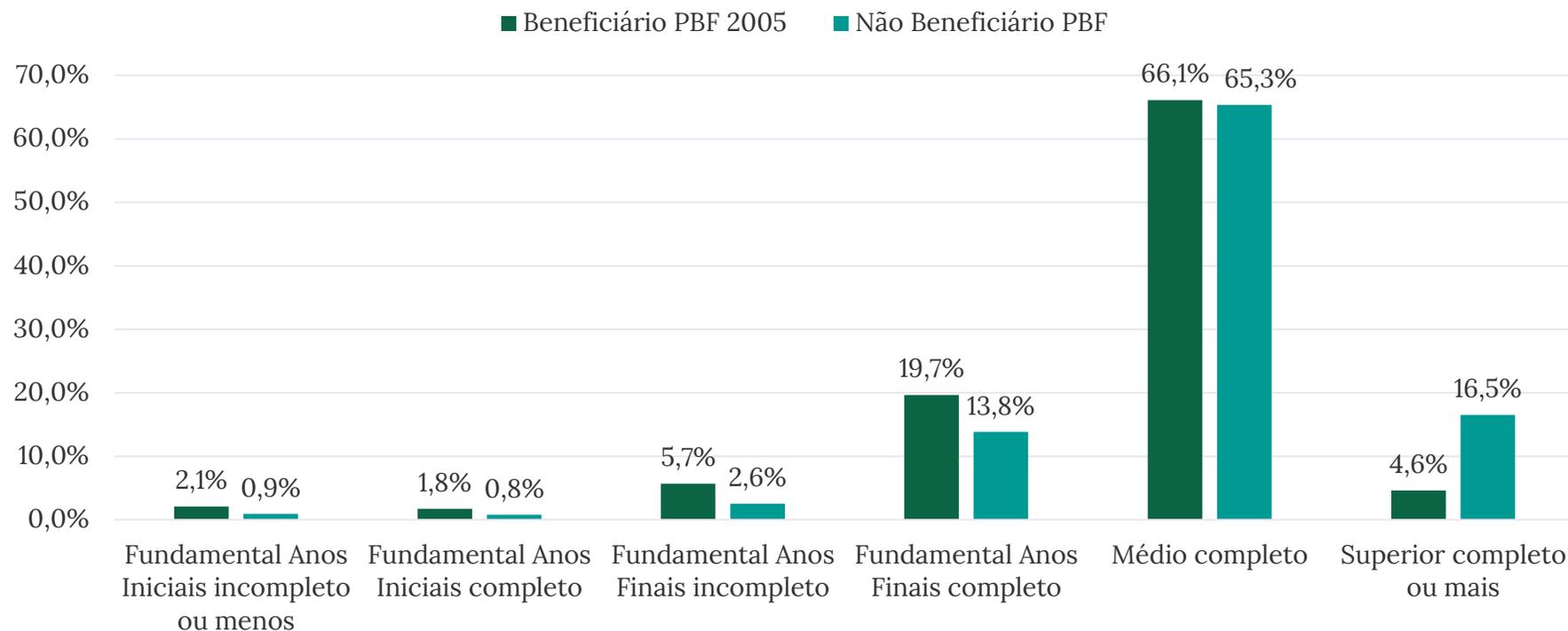


População

| | |
|-----------------------|------------|
| Beneficiário PBF 2005 | 5.195.203 |
| Não Beneficiário PBF | 13.174.588 |

Condições de acesso ao mercado de trabalho formal: uma análise dos beneficiários de 2005 do PBF | Junho 2023

Informações conforme declaradas na RAIS



População

| | | | | | | |
|-----------------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|
| Beneficiário PBF 2005 | 109.909 | 91.013 | 296.389 | 1.022.690 | 3.435.569 | 239.633 |
| Não Beneficiário PBF | 124.234 | 104.547 | 337.265 | 1.822.868 | 8.607.645 | 2.178.029 |

3. Acesso ao mercado de trabalho formal (RAIS)

Acessos, entre 2015 e 2019, dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005



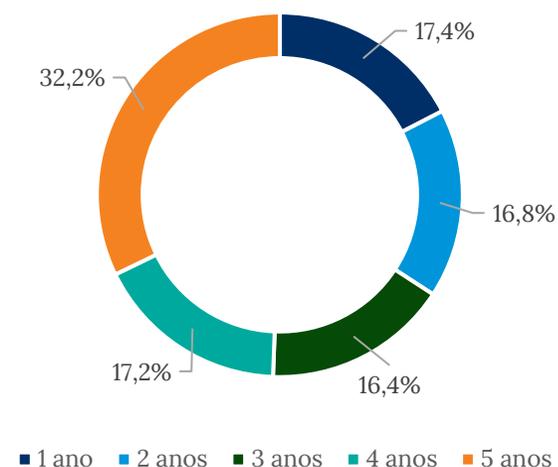
Permanência no emprego formal

- Cerca de **5,2 milhões** de beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do Programa Bolsa Família em 2005 foram encontrados na RAIS entre 2015 e 2019 ao menos uma vez.

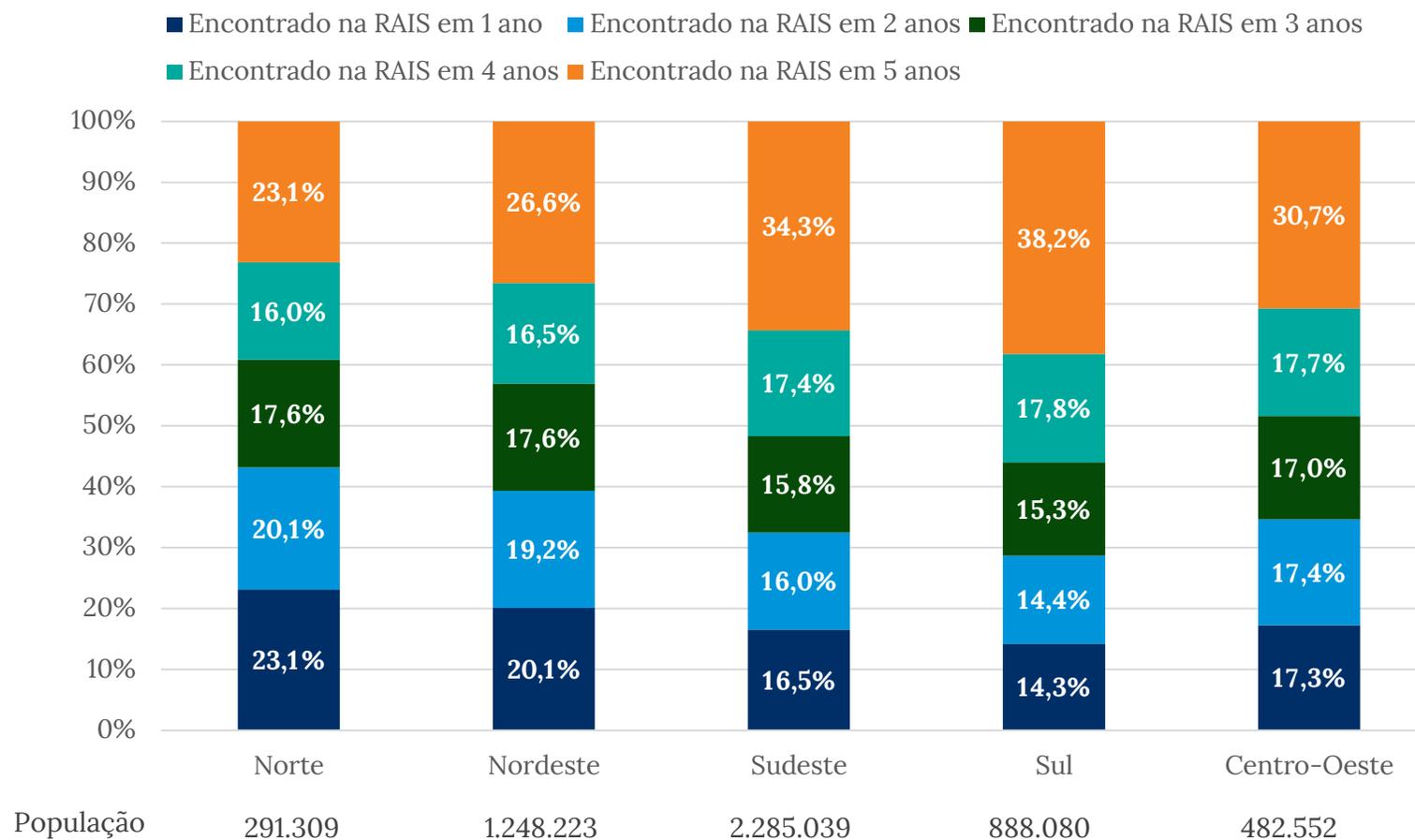
| Situação dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos em 2005 entre 2015 e 2019 | Beneficiários | Distribuição (%) |
|---|---------------|------------------|
| Total | 11.628.308 | 100,0% |
| Não encontrado na RAIS | 6.433.105 | 55,3% |
| Encontrado alguma vez na RAIS | 5.195.203 | 44,7% |
| Encontrado na RAIS em 1 ano | 905.573 | 7,8% |
| Encontrado na RAIS em 2 anos | 875.040 | 7,5% |
| Encontrado na RAIS em 3 anos | 850.901 | 7,3% |
| Encontrado na RAIS em 4 anos | 892.818 | 7,7% |
| Encontrado na RAIS em 5 anos | 1.670.871 | 14,4% |

Universo de interesse:
44,7% acessaram o mercado de trabalho formal entre 2015 e 2019 ao menos uma vez.

Segue a distribuição desses:

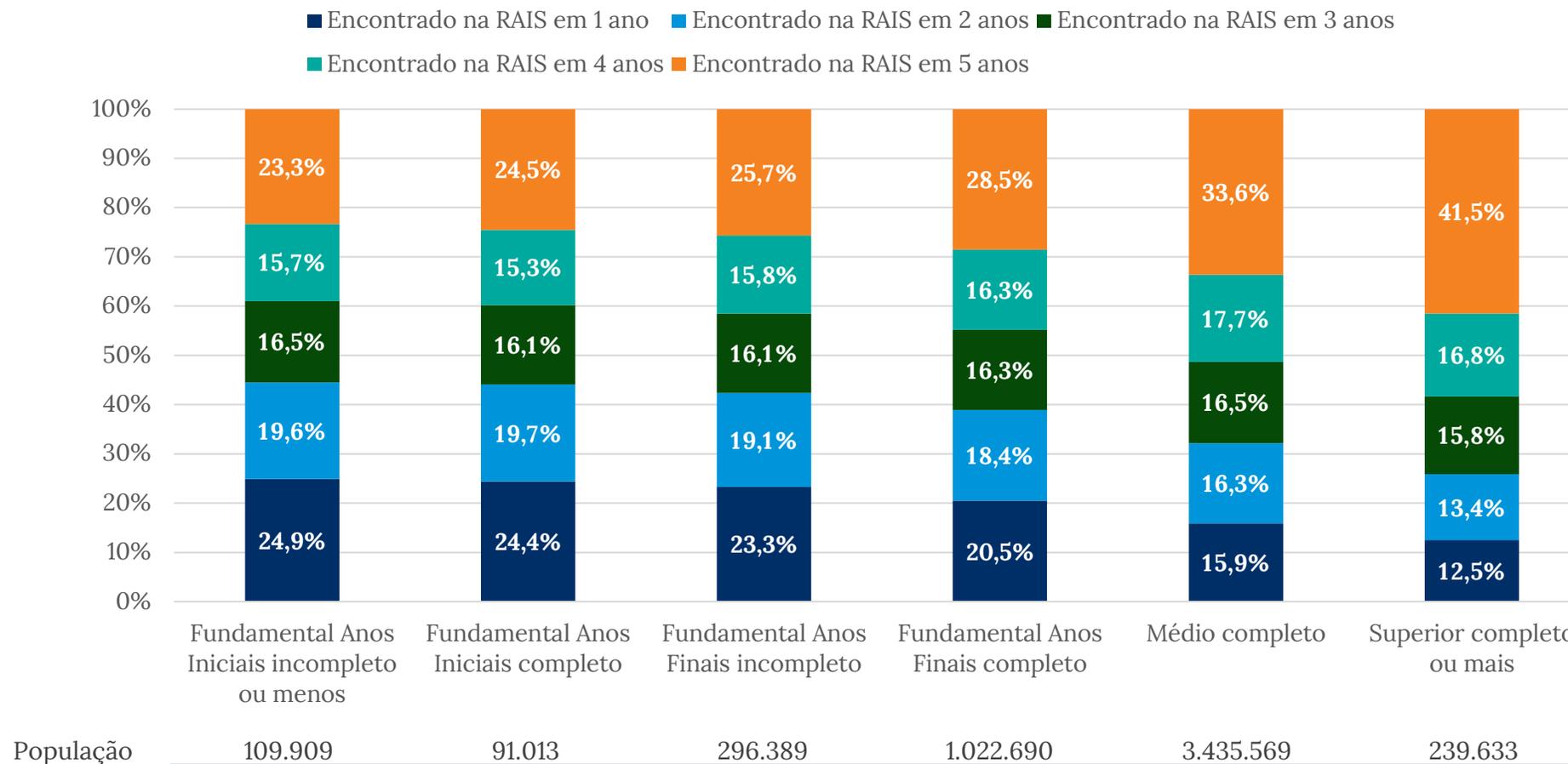


Permanência no emprego formal por região do emprego

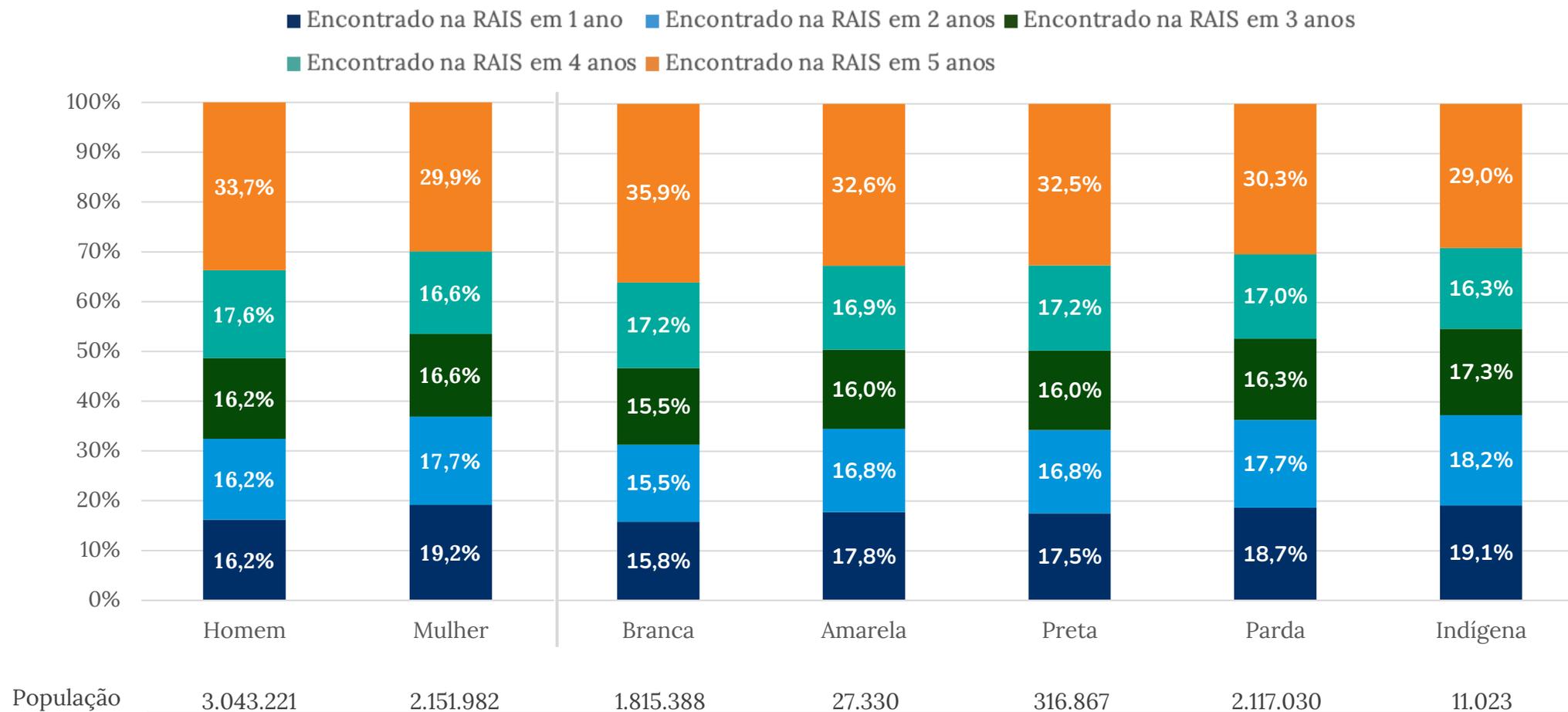


Entre os que acessaram a RAIS, as regiões Sul e Sudeste apresentam os maiores percentuais que foram encontrados em todo o período (5 anos).

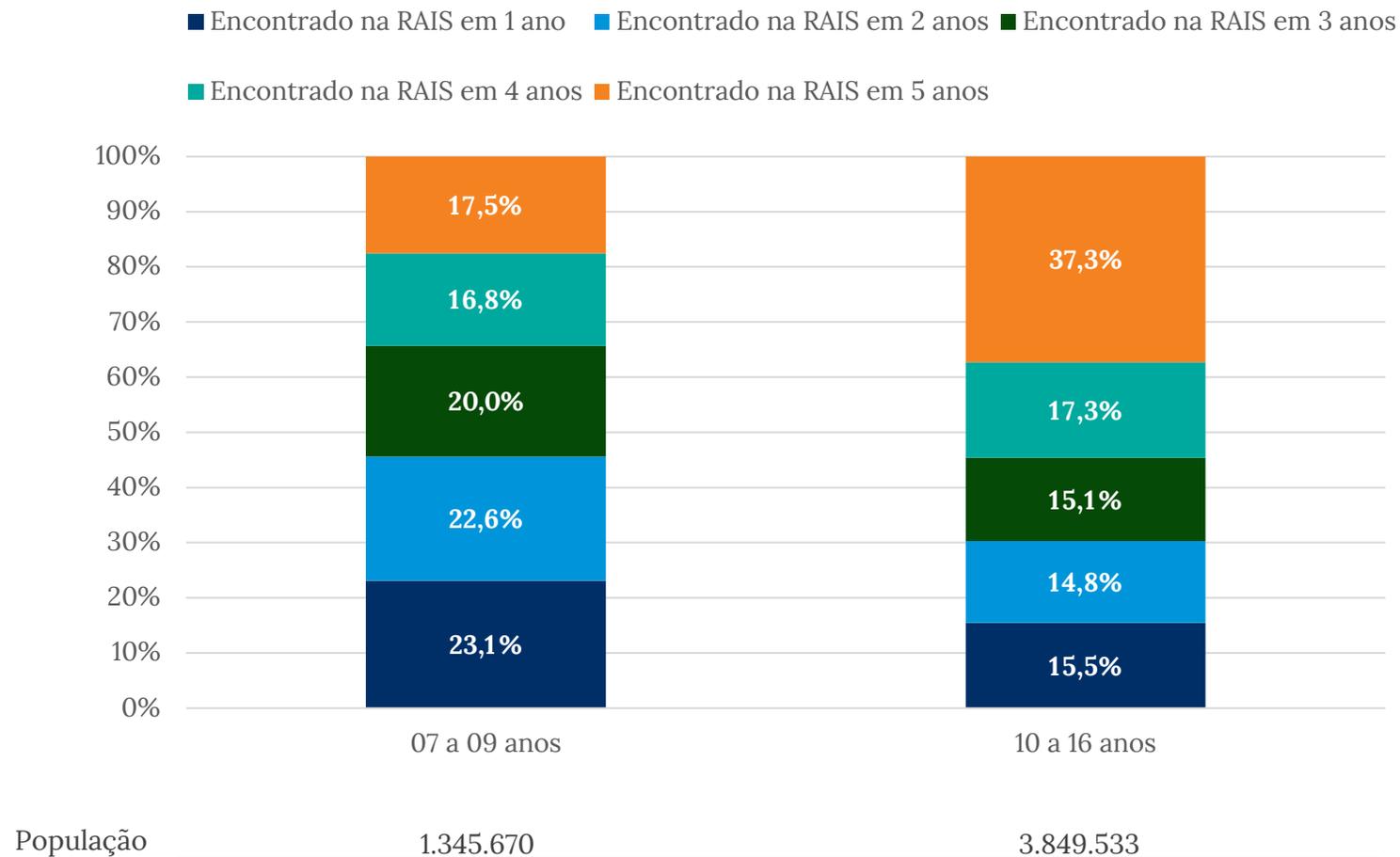
Distribuição dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 por quantidade de vezes encontrados na RAIS entre 2015 e 2019 segundo a escolaridade



Distribuição dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 por quantidade de vezes encontrados na RAIS entre 2015 e 2019 segundo o sexo e cor ou raça



Distribuição dos beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 por quantidade de vezes encontrados na RAIS entre 2015 e 2019 segundo a faixa etária



Como esperado, beneficiários dependentes mais jovens em 2005, na faixa de 7 a 9 anos, foram encontrados menos vezes na RAIS. Em 2015 eles tinham de 17 a 19 anos. Em 2019 a faixa era de 21 a 23 anos.

4. Condições de acesso ao mercado de trabalho formal

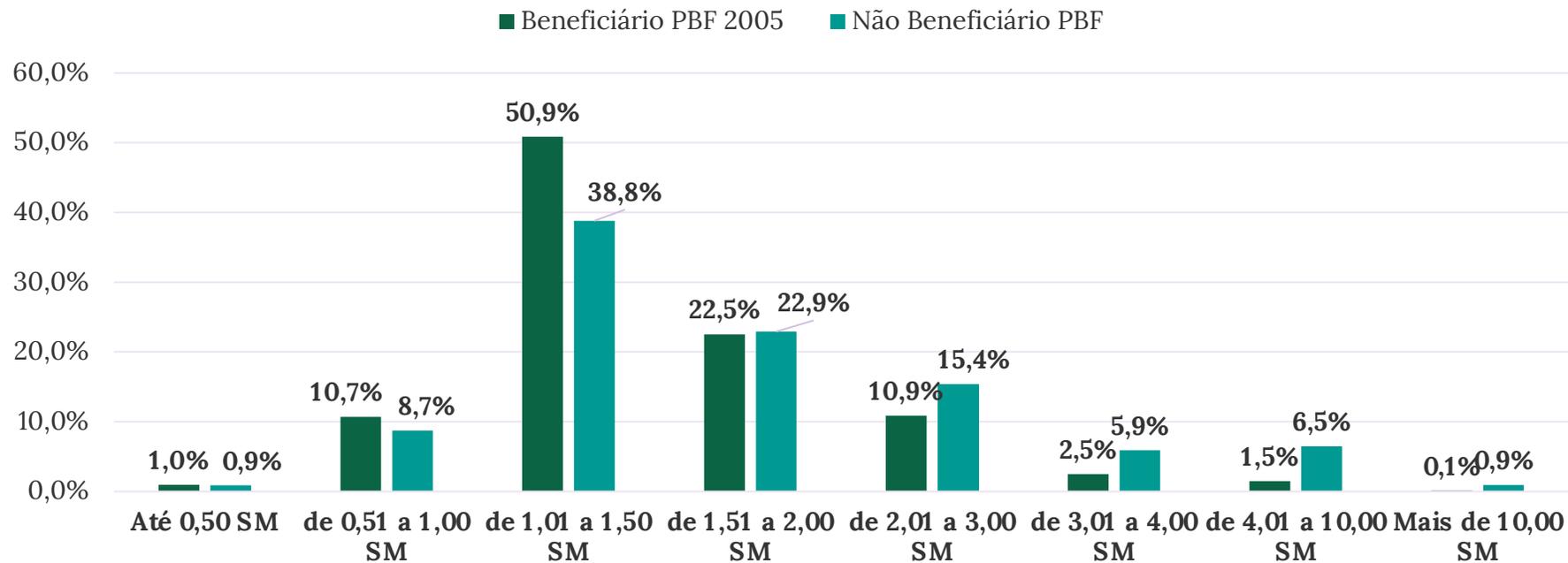
Beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019



Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Nível da remuneração em faixas de salário mínimo

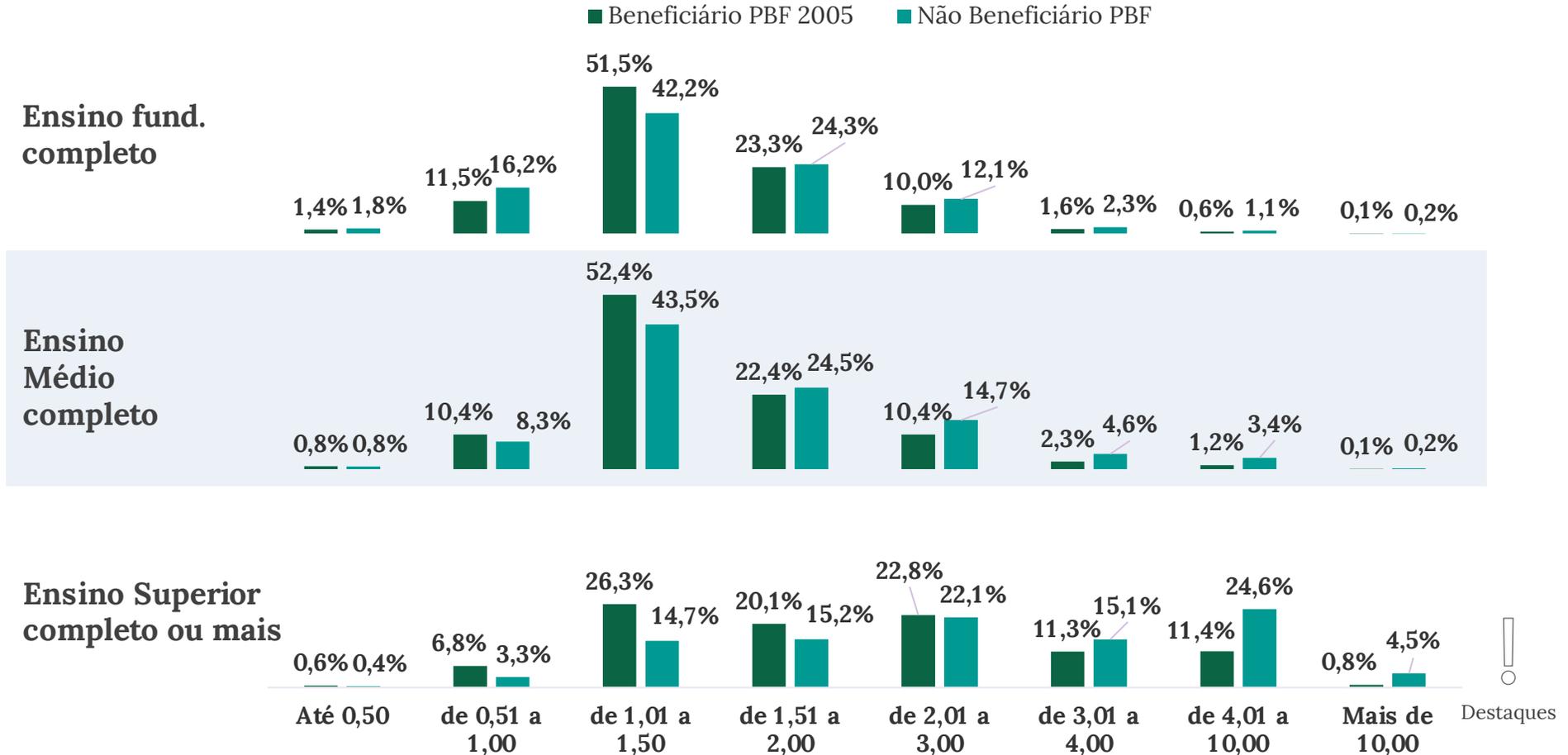
Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Nível da remuneração em faixas de salário mínimo – por nível de escolaridade

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.

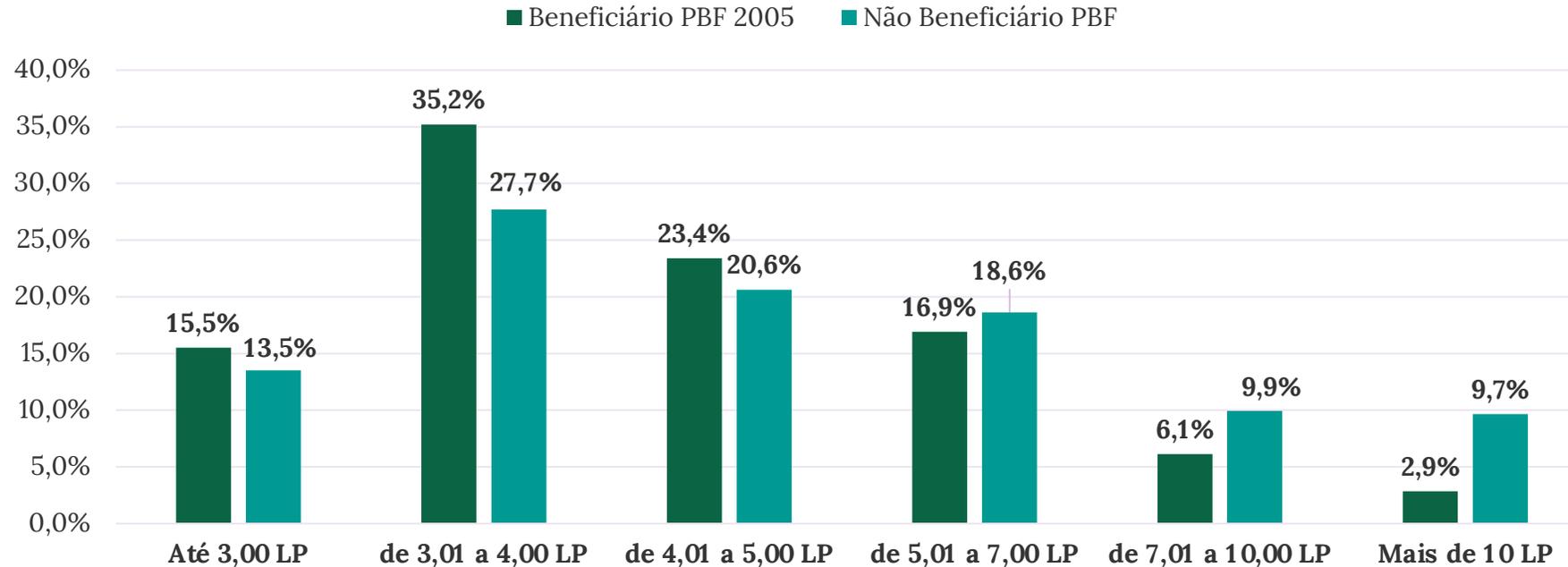


Condições de acesso ao mercado de trabalho formal: uma análise dos beneficiários de 2005 do PBF | Junho 2023

Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Nível da remuneração em faixas de linha de pobreza

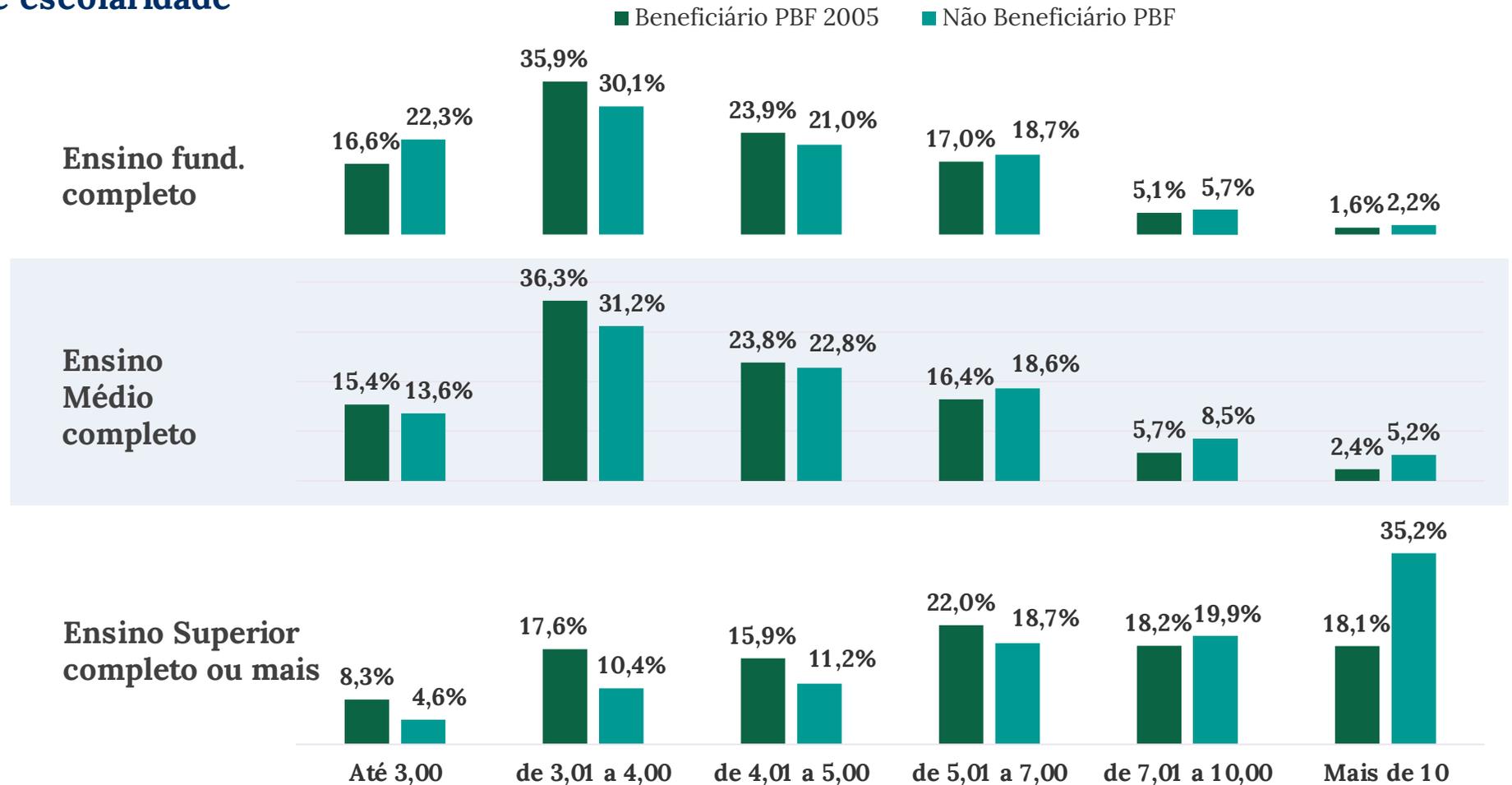
Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Nível da remuneração em faixas de linha de pobreza – por nível de escolaridade

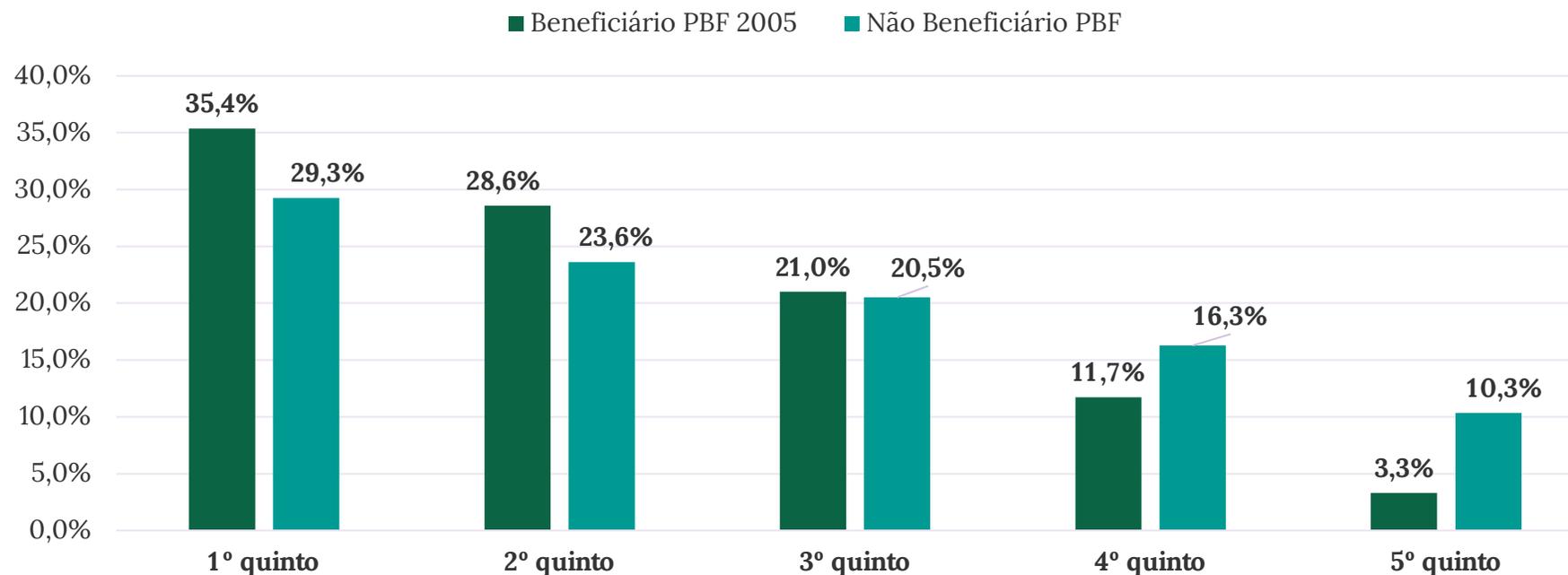
Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Condições de acesso ao mercado de trabalho formal: uma análise dos beneficiários de 2005 do PBF | Junho 2023

Posição nos quintos da distribuição dos salários formais (com base na RAIS)

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



O 1º quintil engloba os **menores rendimentos** e o 5º quintil é onde estão os **maiores rendimentos**.

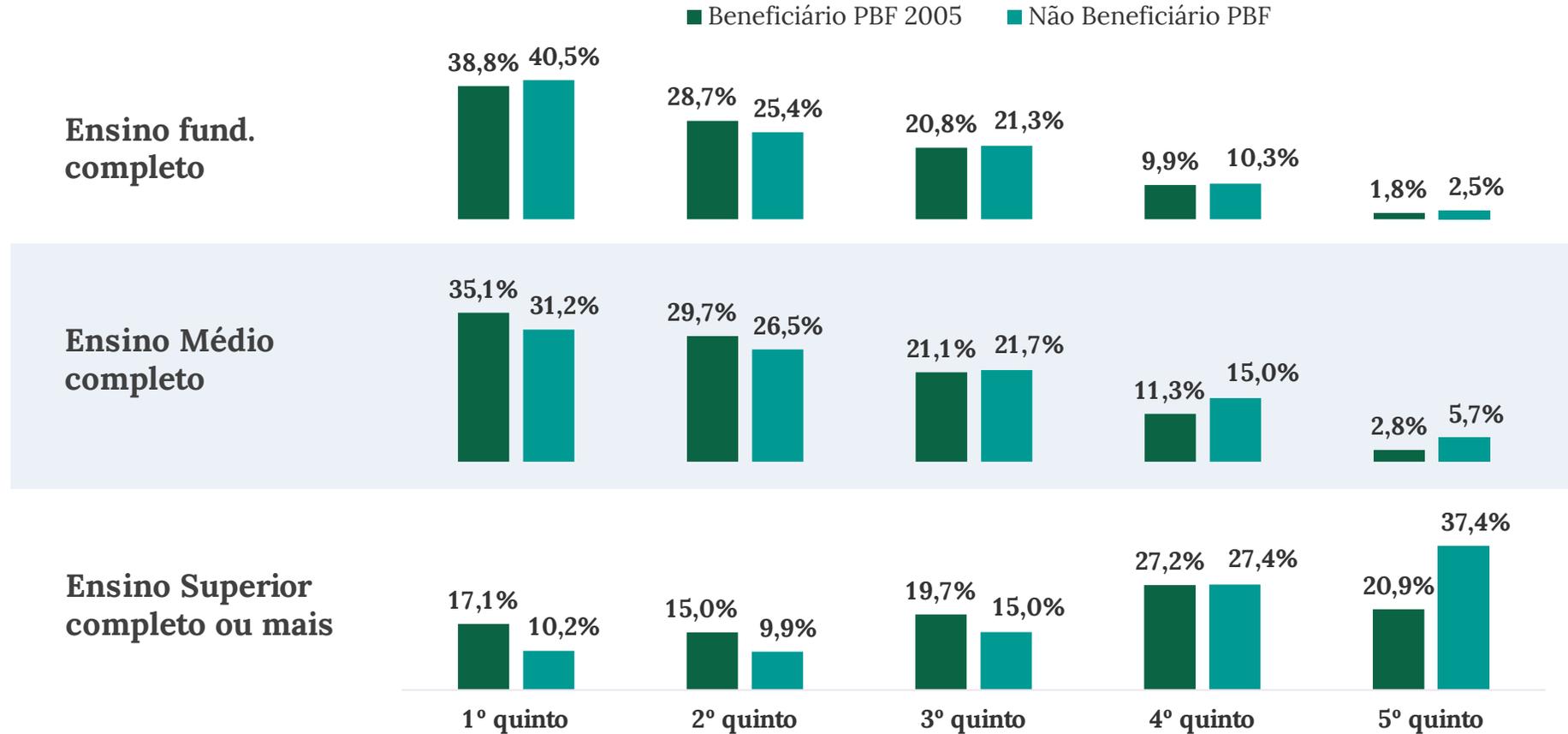


Destaques

Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Posição nos quintos da distribuição dos salários formais (com base na RAIS) – por nível de escolaridade

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



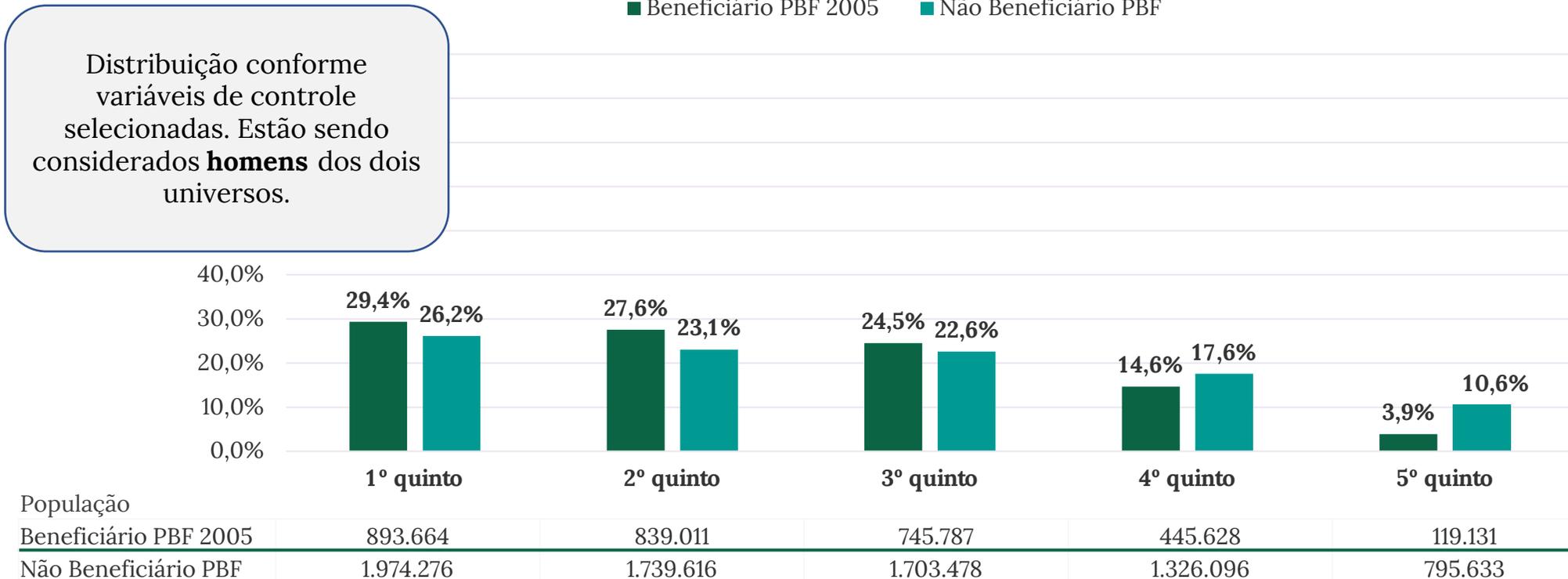
! Destaques

Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Posição nos quintos da distribuição dos salários formais (com base na RAIS)

Controle por sexo

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.

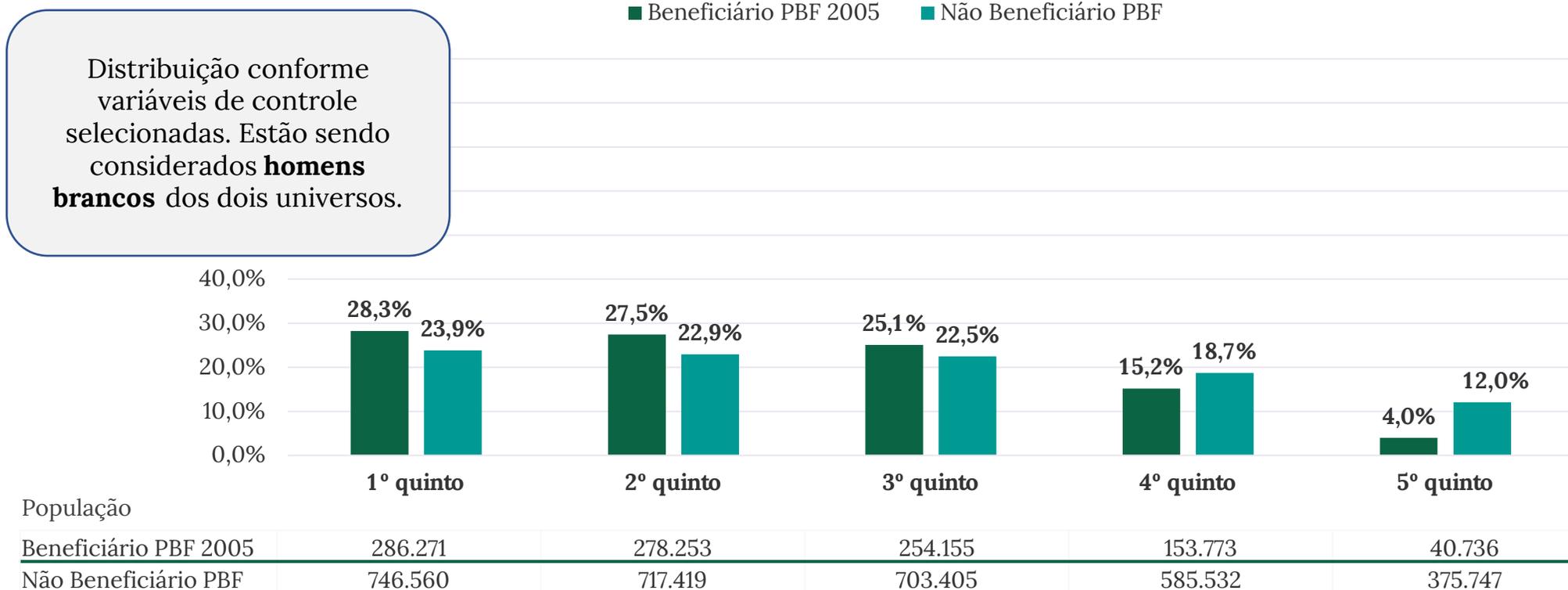


Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Posição nos quintos da distribuição dos salários formais (com base na RAIS)

Controle por sexo e cor ou raça

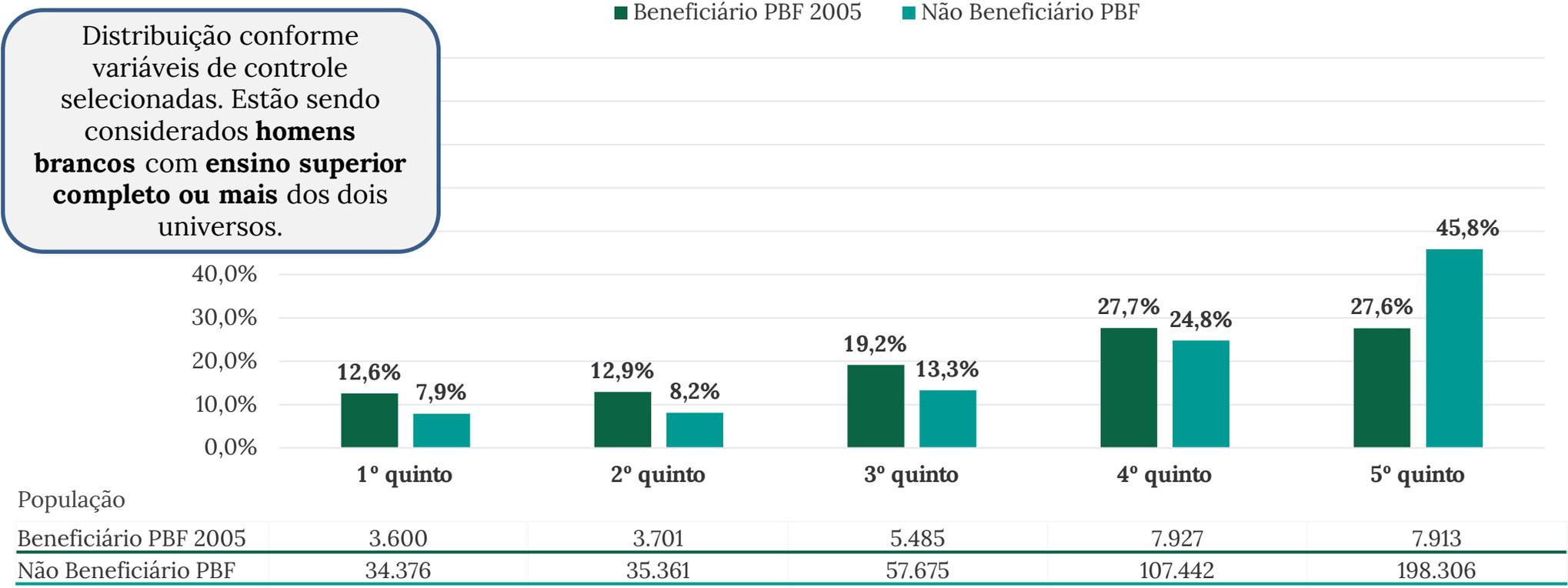
Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Posição nos quintos da distribuição dos salários formais (com base na RAIS) Controle por sexo, cor ou raça e nível de escolaridade

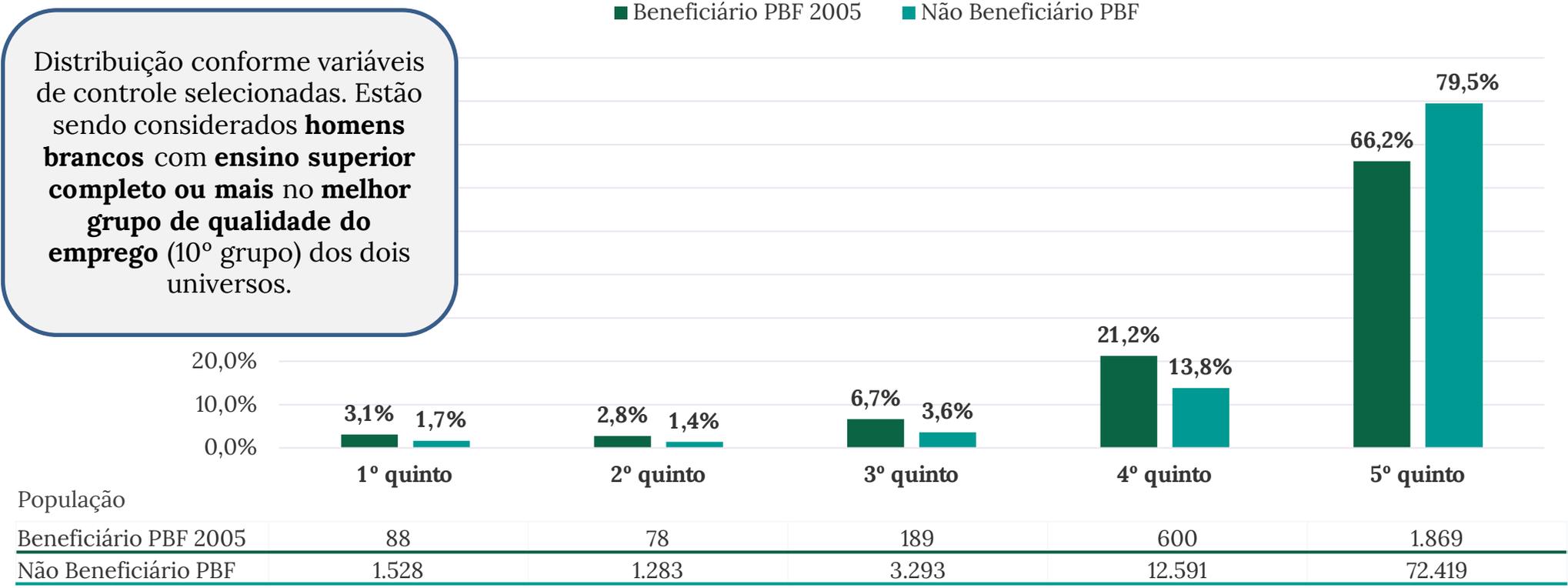
Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Como se diferenciam os níveis de remuneração daqueles que foram beneficiários do PBF em 2005 e dos que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

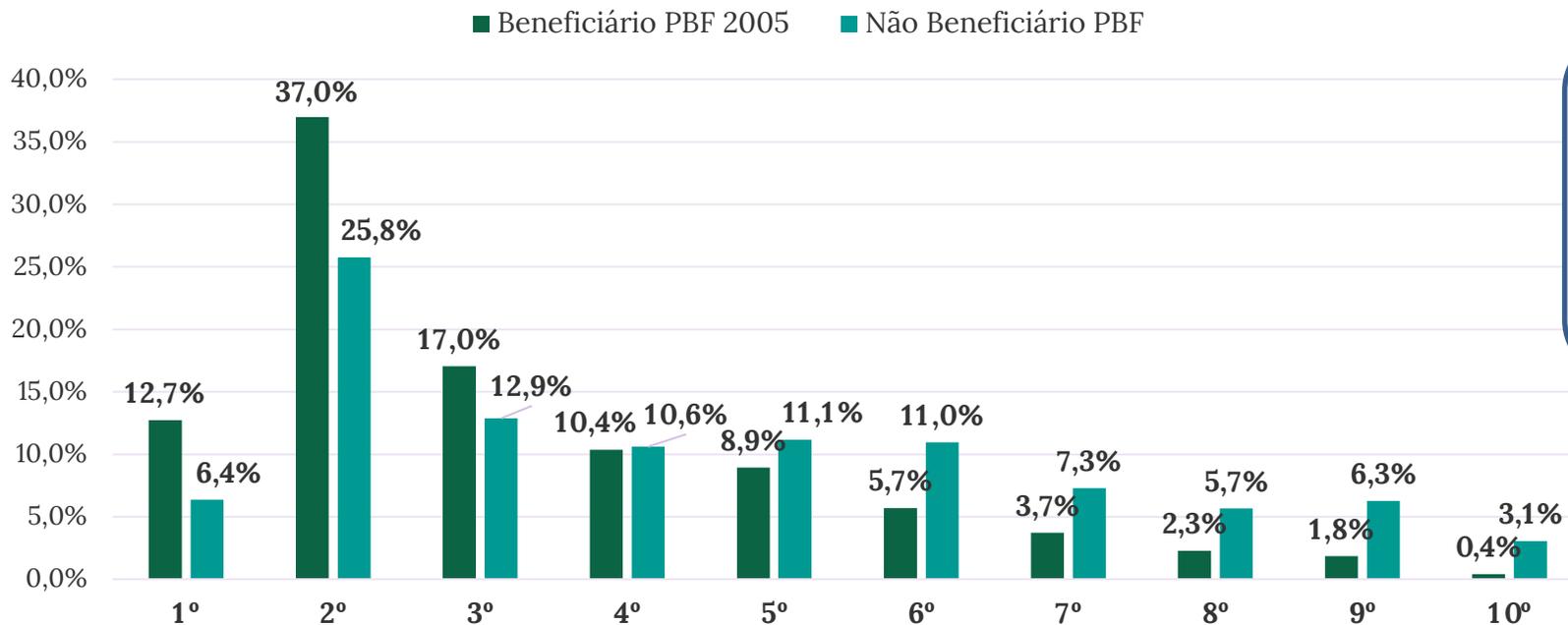
Posição nos quintos da distribuição dos salários formais (com base na RAIS) Controle por sexo, cor ou raça, nível de escolaridade e qualidade de emprego

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Posição em grupos de qualidade do emprego

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



O 1º grupo é formado pelas atividades econômicas-ocupações de menor “qualidade” e o 10º grupo pelas de maior “qualidade”, considerando os critérios propostos. Para saber mais, acesse a [nota metodológica](#).

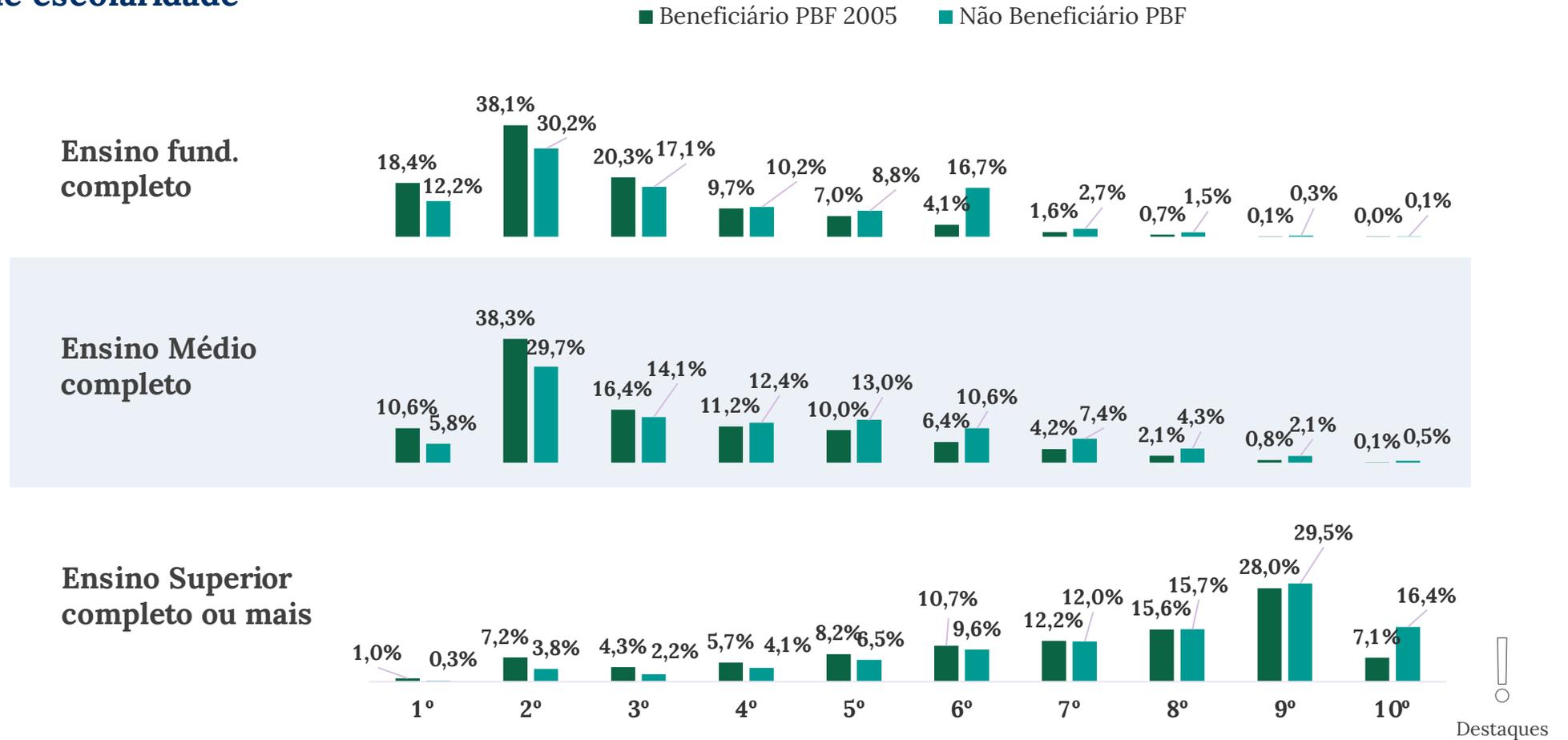


Destaques

Como se diferencia a qualidade do emprego de beneficiários do PBF em 2005 e daqueles que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Posição em grupos de qualidade do emprego – por nível de escolaridade

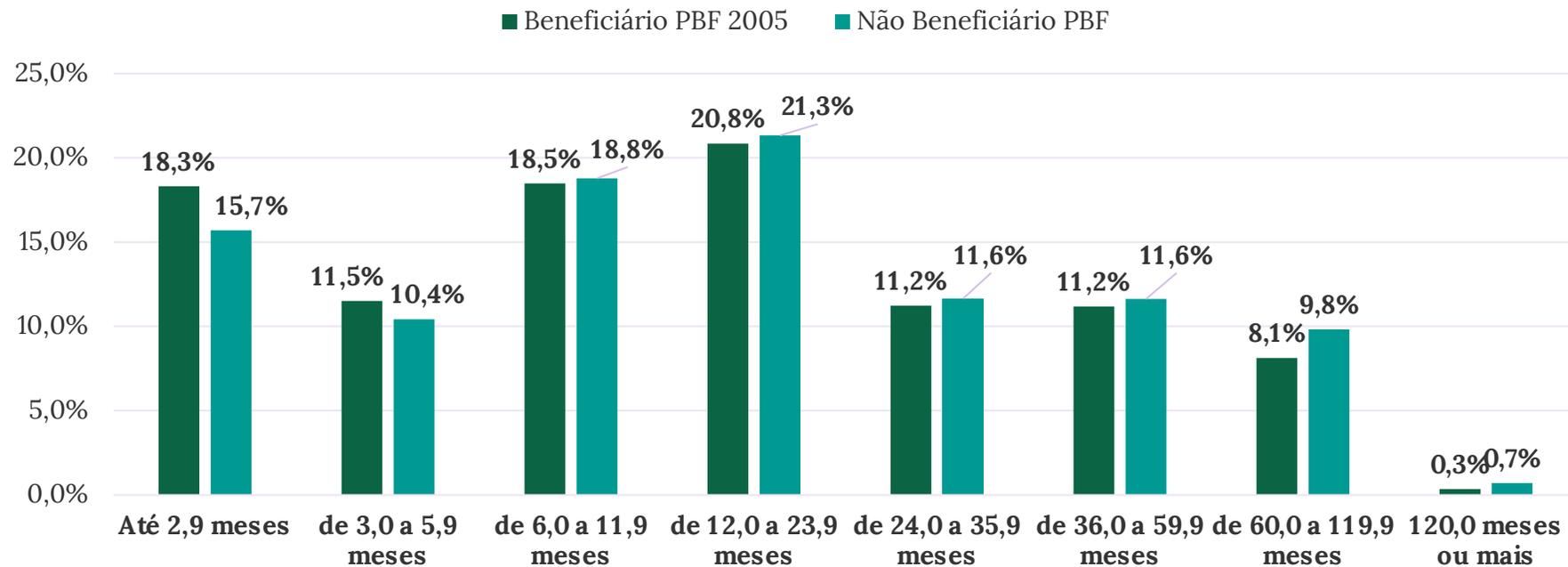
Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Como se diferencia o tempo de permanência no emprego de beneficiários do PBF em 2005 e daqueles que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Tempo de permanência no último emprego

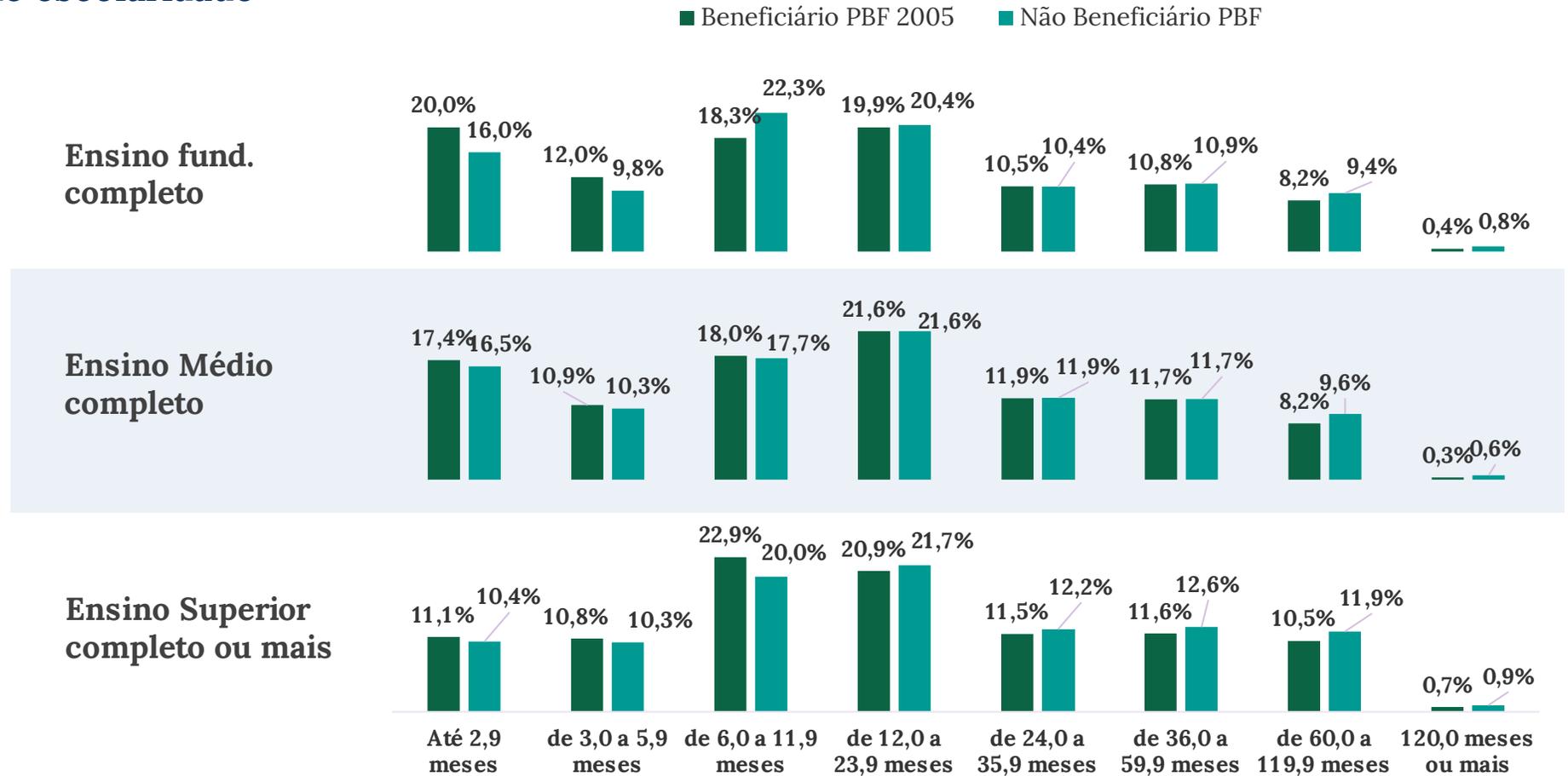
Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Como se diferencia o tempo de permanência no emprego de beneficiários do PBF em 2005 e daqueles que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Tempo de permanência no último emprego – por nível de escolaridade

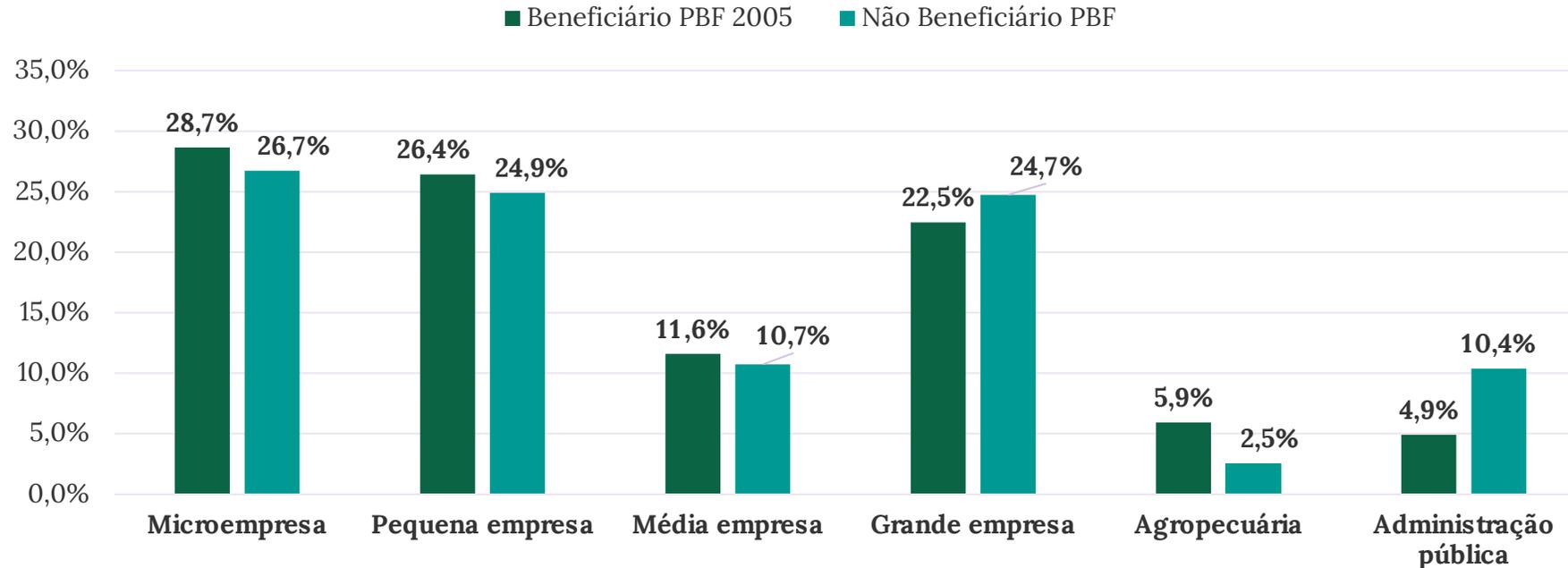
Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Como se diferencia o acesso ao emprego de beneficiários do PBF em 2005 e daqueles que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Porte da empresa

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.

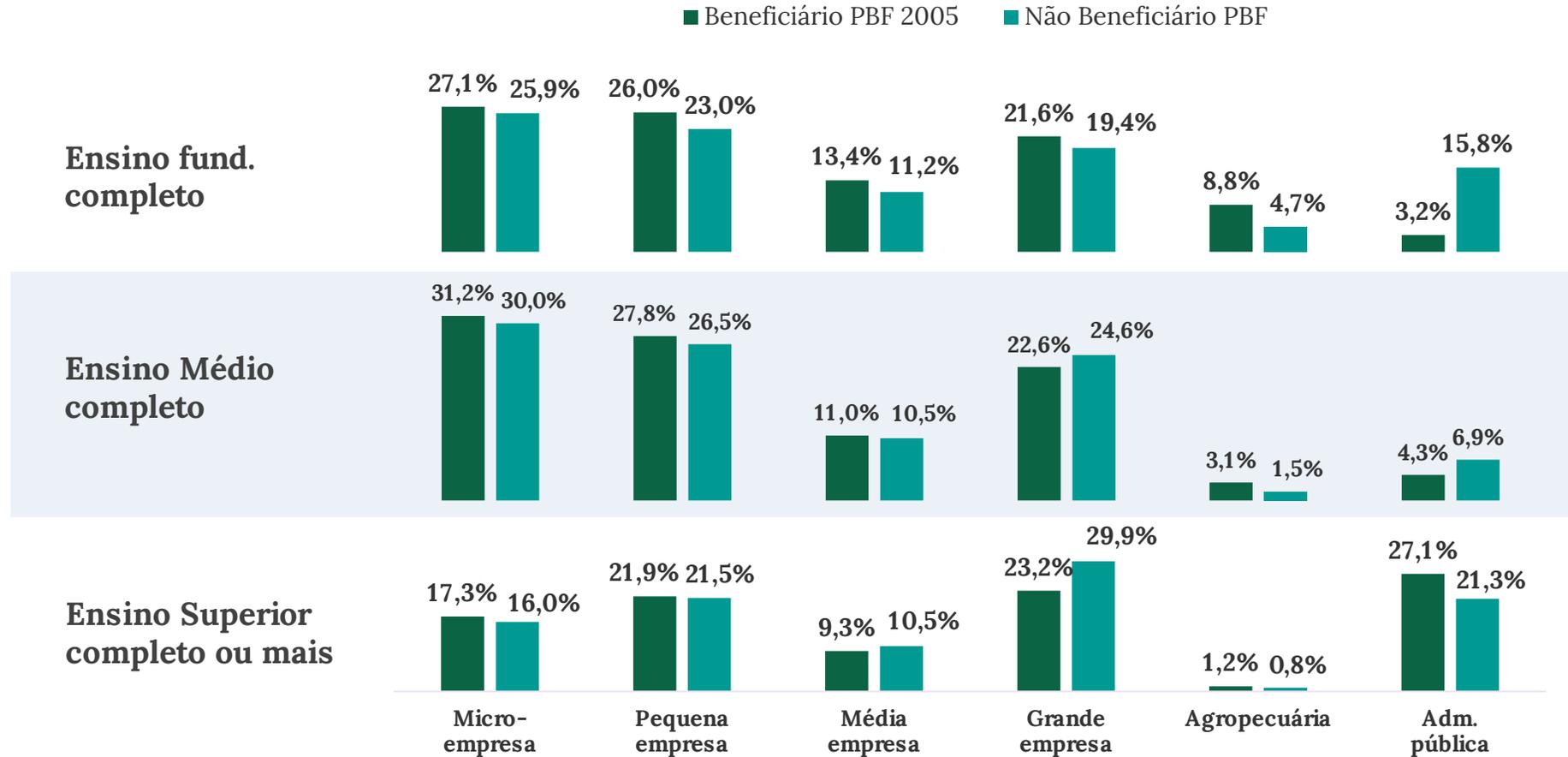


Nota: A atividade de **serviços domésticos** não foi apresentada na visualização por ser residual: 358 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos e 548 não beneficiários da mesma faixa etária estavam nessa atividade.

Como se diferencia o acesso ao emprego de beneficiários do PBF em 2005 e daqueles que não foram beneficiários do PBF entre 2005 e 2019?

Porte da empresa – por nível de escolaridade

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.



Nota: A atividade de **serviços domésticos** não foi apresentado na visualização por ser residual: 358 beneficiários dependentes de 7 a 16 anos e 548 não beneficiários da mesma faixa etária estavam nessa atividade.

!
Destaques

A elevação da escolaridade gera, principalmente, o aumento relativo de trabalhadores na administração pública. Quais são as principais ocupações dos trabalhadores com Ensino Superior nessa atividade?

Porte da empresa – Distribuição dos trabalhadores na Administração Pública com superior completo ou mais: 10 principais ocupações

Considerando beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 e não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 que tinham a mesma faixa etária em 2005.

| # | Beneficiário PBF 2005 | | | Não beneficiário PBF | | |
|-----|-----------------------|-----|--|----------------------|-----|--|
| | População | % | Ocupação – CBO 2002 Família | População | % | Ocupação – CBO 2002 Família |
| 1º | 9.778 | 15% | Prof. de nível superior do ensino fund. (1ª a 4ª séries) | 61.311 | 13% | Agentes, assistentes e auxiliares administrativos |
| 2º | 7.453 | 11% | Agentes, assistentes e auxiliares administrativos | 47.857 | 10% | Dirigentes do serviço público |
| 3º | 6.804 | 10% | Prof. de nível médio no ensino fund. | 38.993 | 8% | Prof. de nível médio no ensino fund. |
| 4º | 6.315 | 10% | Dirigentes do serviço público | 38.832 | 8% | Prof. de nível superior do ensino fund. (1ª a 4ª séries) |
| 5º | 3.655 | 6% | Prof. do ensino médio | 21.625 | 5% | Médicos clínicos |
| 6º | 2.350 | 4% | Prof. de nível médio na educação infantil | 21.573 | 5% | Prof. do ensino médio |
| 7º | 1.963 | 3% | Prof. de nível superior na educação infantil | 15.649 | 3% | Cabos e soldados da polícia militar |
| 8º | 1.871 | 3% | Prof. de nível superior no ensino fund. de 4ª a 8ª série | 14.977 | 3% | Enfermeiros e afins |
| 9º | 1.799 | 3% | Cabos e soldados da polícia militar | 12.066 | 3% | Prof. de nível médio na educação infantil |
| 10º | 1.772 | 3% | Enfermeiros e afins | 11.520 | 2% | Oficiais das forças armadas |



Apêndice

Base de referência inicial dos dados (2005)

- A Folha contém informações dos beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Os beneficiários são divididos em titulares, responsáveis pela família e por portar o cartão de débito no qual é depositado o montante do benefício, e em dependentes, os membros da família que ensejam a elegibilidade ao programa;
- Os registros da Folha continham apenas a data de nascimento, a identificação do indivíduo, do município e os valores recebidos, em 2005. Ao longo dos anos, novas características foram adicionadas, como o sexo de cada beneficiário, em 2006;
- O **universo de interesse**, beneficiários **dependentes de 7 a 16 anos em 2005**, engloba 11.628.308 pessoas.



Retornar

Base de referência para o acesso ao mercado de trabalho formal (2015 a 2019)

- A RAIS é um instrumento de coleta de informações relativas ao emprego formal no Brasil;
- A declaração da RAIS é obrigação dos empregadores;
- Para o estudo aqui proposto, entre 2015 e 2019, foi analisada a presença, ano a ano, daqueles que eram beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do Programa Bolsa Família em 2005;
- A cada ano do período (2015 a 2019) foram selecionados 2 grupos na RAIS para avaliação das condições de acesso ao mercado de trabalho formal:
 - Universo de interesse: crianças pobres em 2005 - beneficiárias dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005 encontradas na RAIS entre 2015 e 2019. Não foi considerado o acesso quando o salário do emprego fosse zero;
 - Universo de comparação: crianças não pobres em 2005 - não beneficiárias do PBF entre 2005 e 2019 com a mesma faixa etária do universo de interesse. Não foi considerado o acesso quando o salário do emprego fosse zero.



Retornar

Base de referência para a distribuição dos salários formais

- Para o estudo aqui proposto, entre 2015 e 2019, foi analisada a distribuição dos salários formais por Unidade Federativa e ano em quintos de distribuição;
- A partir da ordenação crescente dos rendimentos dos trabalhos formais, os trabalhadores com rendimento foram distribuídos em 5 grupos iguais, gerando grupos com seus respectivos valores mínimos e máximos de rendimento;
- Esses limites mínimos e máximos de cada grupo foram divididos pelo valor do salário mínimo vigente em cada ano;
- Por fim, respeitando os limites mínimos e máximos de cada quinto de salários formais em cada ano, os trabalhadores da RAIS foram classificados nos quintos de distribuição dos salários formais definidos a partir da RAIS.

Universo de interesse

Beneficiários dependentes de 7 a 16 anos do PBF em 2005



Com o objetivo de estudar a **dinâmica da pobreza e mobilidade social no Brasil**, principalmente ao longo do ciclo de vida do indivíduo, esse estudo parte do uso de dados de painel longitudinal. São utilizadas como representação de **crianças pobres** aquelas beneficiárias do PBF em 2005, considerando as extremamente pobres e as pobres, mas não extremamente pobres, tendo em vista que era o principal programa para erradicação da pobreza no Brasil na época

- Vale destacar que essa é uma medida que subestima o número de crianças em situação de pobreza, pois em 2005 o PBF apresentava fila de espera para o recebimento;
- As bases de dados da RAIS foram analisadas ano a ano, entre 2015 e 2019, visando identificar se aquelas crianças pobres em 2005, encontradas na Folha de Pagamentos do PBF, conseguiram acessar o mercado de trabalho formal captado pela RAIS;
- Além disso, objetivou analisar as condições de acesso e como elas se aproximam ou diferenciam das crianças da mesma faixa etária que não eram pobres, ou seja, que não foram beneficiárias do PBF entre 2005 e 2019;
- Para a análise das condições de acesso foi considerado o emprego de maior salário no último ano em que o beneficiário foi encontrado na RAIS. Caso o indivíduo tivesse mais de um vínculo nesse ano com o mesmo rendimento, o critério de desempate foi aleatório.



Universo de comparação (1 /2)

Não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 com a mesma faixa etária do universo de interesse



Com o objetivo de comparar as condições do emprego formal captado pela RAIS de crianças pobres (beneficiárias do PBF em 2005) e de **crianças não pobres**, foram analisadas as demais pessoas encontradas na RAIS entre 2015 e 2019: aquelas no seu último emprego no período analisado e que não foram beneficiárias do PBF entre 2005 e 2019.

- Vale destacar que esse é um grupo bastante heterogêneo e pode ser composto por crianças com características similares àquelas do universo de interesse, uma vez que o PBF apresentava fila de espera para o recebimento do benefício no início do Programa – crianças pobres que não era contempladas pelo Programa; todas as demais crianças que tinham de 7 a 16 anos em 2005, não foram beneficiárias do PBF entre 2005 e 2019, e foram encontradas na RAIS entre 2015 e 2019, podendo estar inclusive entre famílias mais ricas;
- O universo de comparação foi definido como o grupo de não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019 com a mesma faixa etária que beneficiários do PBF em 2005;
- Em ambos os grupos, para efeito de comparação, foi tomado o último registro encontrado na RAIS no período de 2015 a 2019;
- Os universos de comparação e interesse foram identificados na análise da RAIS em cada ano de 2015 a 2019;

Universo de comparação (2/2)

- Foi considerado o emprego de maior salário no último ano em que o não beneficiário foi encontrado na RAIS entre 2015 e 2019. Caso o indivíduo tivesse mais de um vínculo nesse ano com o mesmo rendimento, o critério de desempate foi aleatório.
- As possibilidades de controle para garantir características similares entre o universo de interesse (beneficiários dependentes do PBF em 2005) e o universo de comparação (não beneficiários do PBF entre 2005 e 2019), são:
 - Ano do último emprego
 - Faixa etária
 - Nível de escolaridade
 - Sexo
 - Cor ou raça



Metodologia

- Para permitir a comparação entre o universo de interesse e o universo de comparação, as faixas etárias do universo de comparação encontrado na RAIS foram ajustadas para aquelas em que os indivíduos estavam em 2005.
- Segue exemplo considerando o ano de 2015:

| Faixa etária na RAIS 2015 | Faixa etária em 2005 |
|---------------------------|----------------------|
| 10 a 16 anos | 00 a 06 anos |
| 17 a 19 anos | 07 a 09 anos |
| 20 a 26 anos | 10 a 16 anos |
| 27 a 39 anos | 17 a 29 anos |
| 40 a 49 anos | 30 a 39 anos |
| 50 a 59 anos | 40 a 49 anos |

Universe de interesse avaliado nessa apresentação

- Portanto, em 2016 a **faixa etária do universo de interesse** era de **18 a 27 anos**; Em 2017 era de **19 a 28 anos**; Em 2018 era de **20 a 29 anos**; e em 2019 era de **21 a 30 anos**.

Metodologia

- As linhas de pobreza regionalizadas propostas pelo Ipea, IBGE e Cepal (1997) apresentam, originalmente, valores para áreas rurais e urbanas das Grandes Regiões ou Unidades Federativas e para Regiões Metropolitanas.
- Para a aplicação municipal das linhas de pobreza regionalizadas, houve atualização para valores de 2019 e: (i) para os municípios identificados como pertencentes a Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), conforme definição do IBGE, foram aplicadas as linhas definidas para área metropolitana das Unidades Federativas; (ii) para os demais municípios, foram aplicadas linhas ponderadas* com base nas linhas rurais e urbanas e na proporção da população rural e urbana (PNADC 2019) das Unidades Federativas das quais fazem parte.
- Ao todo são 36 linhas que vão de R\$268,52, referente ao Espírito Santo, a R\$434,09, referente a Área Metropolitana do Rio Grande do Sul.
- *A linha de pobreza de município não pertencente a uma RM ou RIDE se dá pela fórmula:

$$\frac{(\text{População rural da UF onde o município está localizado} \times \text{linha de pobreza rural da mesma UF}) + (\text{População urbana da UF onde o município está localizado} \times \text{linha de pobreza urbana da mesma UF})}{\text{População rural} + \text{População urbana da UF onde o município está localizado}}$$

População rural + População urbana da UF onde o município está localizado

| Código IBGE | Território | Linha de pobreza |
|-------------|--|------------------|
| 11 | Rondônia | R\$ 347,23 |
| 12 | Acre | R\$ 345,47 |
| 13 | Amazonas | R\$ 349,71 |
| 14 | Roraima | R\$ 350,48 |
| 15 | Pará | R\$ 345,07 |
| 15 | Pará - Área Metropolitana | R\$ 347,27 |
| 16 | Amapá | R\$ 352,34 |
| 17 | Tocantins | R\$ 349,70 |
| 21 | Maranhão | R\$ 338,57 |
| 22 | Piauí | R\$ 337,56 |
| 23 | Ceará | R\$ 341,44 |
| 23 | Ceará - Área Metropolitana | R\$ 309,07 |
| 24 | Rio Grande do Norte | R\$ 342,93 |
| 25 | Paraíba | R\$ 342,40 |
| 26 | Pernambuco | R\$ 344,29 |
| 26 | Pernambuco - Área Metropolitana | R\$ 406,31 |
| 27 | Alagoas | R\$ 341,48 |
| 28 | Sergipe | R\$ 342,41 |
| 29 | Bahia | R\$ 340,07 |
| 29 | Bahia - Área Metropolitana | R\$ 382,00 |
| 31 | Minas Gerais | R\$ 268,98 |
| 31 | Minas Gerais - Área Metropolitana | R\$ 305,60 |
| 32 | Espírito Santo | R\$ 268,52 |
| 33 | Rio de Janeiro | R\$ 329,08 |
| 33 | Rio de Janeiro - Área Metropolitana | R\$ 388,95 |
| 35 | São Paulo | R\$ 344,68 |
| 35 | São Paulo - Área Metropolitana | R\$ 392,42 |
| 41 | Paraná | R\$ 337,03 |
| 41 | Paraná - Área Metropolitana | R\$ 357,69 |
| 42 | Santa Catarina | R\$ 336,46 |
| 43 | Rio Grande do Sul | R\$ 336,71 |
| 43 | Rio Grande do Sul - Área Metropolitana | R\$ 434,09 |
| 50 | Mato Grosso do Sul | R\$ 288,18 |
| 51 | Mato Grosso | R\$ 286,29 |
| 52 | Goiás | R\$ 288,76 |
| 53 | Distrito Federal - Área Metropolitana | R\$ 336,86 |



Informações do estudo

Metodologia

Os grupos de qualidade do emprego foram mensurados com base nos seguintes passos:

1. Para cada ano, de 2015 a 2019, pegamos todos os empregados da RAIS e as informações do vínculo empregatício com maior salário;
2. Empilhamos os dados de 2015 a 2019;
3. Com base nos dados empilhados, para cada par de setor de atividade econômica (CNAE 2.0 2 dígitos) e ocupação (CBO 2002 4 dígitos), computamos duas variáveis relativas à qualidade da “posição”:
 - a. Remuneração média em quantidades de salários mínimos
 - b. Fração de pessoas com ensino superior
4. Normalizamos as medidas em 3.a e 3.b subtraindo a média e dividindo pelo desvio padrão, gerando um score para cada uma dessas variáveis;
5. Pegamos a média das duas variáveis (somando e dividido por 2);
6. Por fim, com base na média em 5, ordenamos e dividimos em 10 grupos representados pelos decis da distribuição.



Resultados



Informações
do estudo

Metodologia

- Para definição do porte da empresa foi utilizada como referência a metodologia apresentada no [Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2013](#) do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, conforme apresentada aqui:

| Porte | Setores | |
|-----------------|-------------------------------|------------------------------|
| | Indústria (1) | Comércio e Serviços (2) |
| Microempresa | até 19 pessoas ocupadas | até 9 pessoas ocupadas |
| Pequena empresa | de 20 a 99 pessoas ocupadas | de 10 a 49 pessoas ocupadas |
| Média empresa | de 100 a 499 pessoas ocupadas | de 50 a 99 pessoas ocupadas |
| Grande empresa | 500 pessoas ocupadas ou mais | 100 pessoas ocupadas ou mais |

(1) As mesmas delimitações de porte foram utilizadas para o setor da construção

(2) O setor serviços não inclui administração pública e serviço doméstico

*“Foram excluídas divisões relacionadas à agropecuária, devido ao fato de este setor encontrar-se sub-representado na Rais. Parte expressiva dos produtores rurais não necessita registrar seu empreendimento como pessoa jurídica, bastando para realizar sua atividade, registrar-se no âmbito das secretarias de estado da fazenda” (SEBRAE, 2006, p. 13).

Condições de acesso ao mercado de trabalho formal: Uma análise dos beneficiários de 2005 do PBF

Junho 2023

Paulo Tafner, Sergio Guimarães Ferreira e Giovanna Ribeiro (Imds), Samuel Franco e Eloah Fassarella (Oppen Social) e Valdemar Neto (FGV EPGE)

Rio de Janeiro

www.imdsbrasil.org

contato@imdsbrasil.org